

Começa fiscalização no Lago

Paranoá

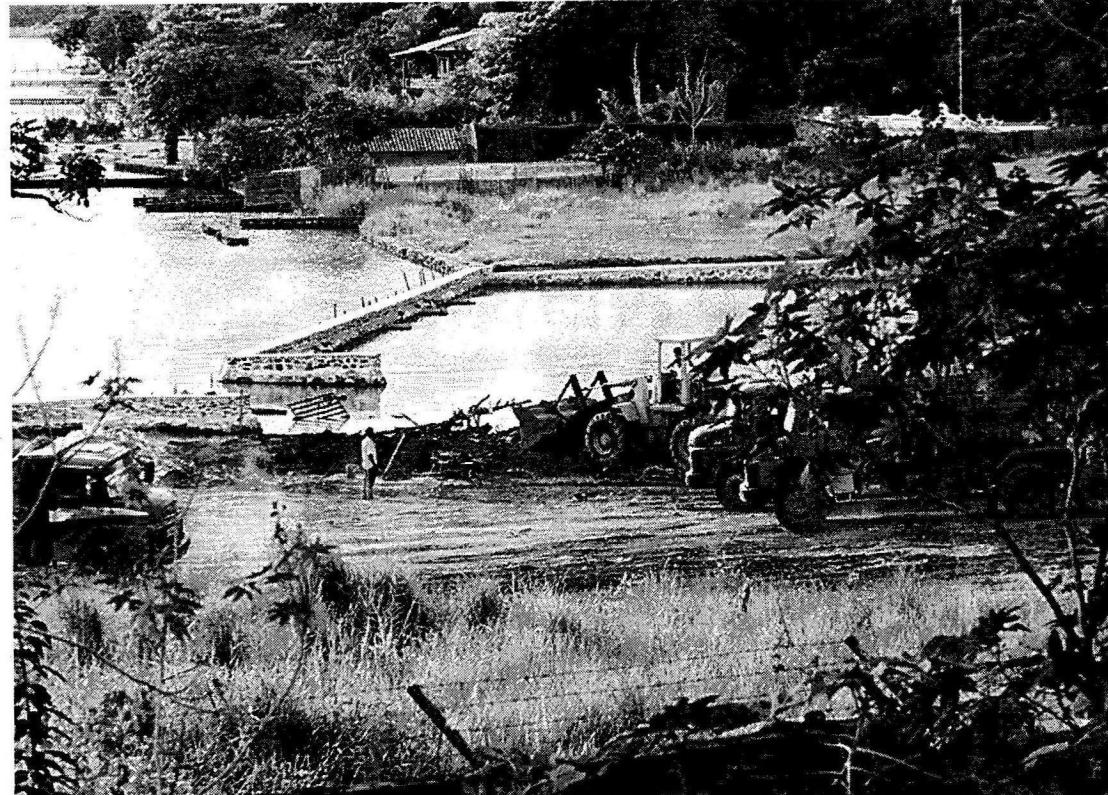
Secretaria de Meio Ambiente vai identificar e multar irregularidades na orla:

DAVI ZOCOLI

A Secretaria de Meio Ambiente começou ontem de manhã a fiscalizar as construções na orla do Lago Paranoá. Por três meses, 14 fiscais percorrerão o contorno do Lago para identificar irregularidades, punir infratores e educar a população. O trabalho dos fiscais será baseado no Decreto N° 24.499, publicado em 30 de março no *Diário Oficial do DF*. O pastor Jorge Pinheiro, secretário de Meio Ambiente, diz que o decreto une as normas a respeito das ocupações à beira do Lago. "A legislação sobre o meio ambiente é retalhada. Há leis distritais e federais", explica.

Ele afirma que fiscalização parecida foi feita em 2003. Entretanto, a falta de um decreto como esse dificultou a punição de infratores. As 46 edificações notificadas em 2003 serão as primeiras a receber a visita dos fiscais. "Se não tiverem se adequado, verificaremos a boa vontade dos infratores em fazê-lo e lhes daremos um prazo", diz o secretário. "Caso se recusem a se adequar às exigências, serão multados", anuncia.

Quem for notificado pela primeira vez terá 30 dias para manifestar o interesse em recuperar a área. Se o infrator quiser corrigir o erro, terá 60 dias para fazê-lo. O secretário garante que a intenção não é punir infratores. "Queremos educar, antes de tudo. O Lago é nosso maior patrimônio ambiental", diz Jorge Pinheiro. Ele revela que, oficialmente,



Infrações como o aterramento serão punidas: 14 fiscais percorrerão a região por três meses

2,5% da extensão do Lago foi perdida. Culpa das construções irregulares, desmatamento e causas naturais. A persistência das irregularidades poderá piorar a situação.

LEGISLAÇÃO - Os problemas mais comuns são nas casas e Setor de Clubes. Segundo a legislação, a faixa de 30 metros de largura em torno do Lago é de preservação permanente. Muitas edificações ultrapassam o limite. Só não serão multadas aquelas feitas há mais de dez anos, antes da legislação ambiental. Até atos comuns são considerados cri-

mes ambientais, como jogar esgoto e apropriar-se da água para molhar jardins.

Outro hábito comum, mas criminoso, é cercar o terreno até a margem, impedindo a passagem de pessoas. "O Lago não pode ficar restrito à elite", critica Jorge. Ele revela que o nível social dos moradores dificulta o trabalho. "Lidar com pessoas esclarecidas é difícil; elas questionam, mesmo erradas", conta. Ele lembra que aterramento do Lago é invasão pública: "Invasões de pobres são derrubadas facilmente. Mas o tratamento para ricos deve ser o mesmo."

A fiscalização na orla do Lago Paranoá será feita por

14

funcionários da secretaria, durante três meses

Os fiscais da Secretaria de Meio Ambiente notificaram

46

edificações em 2003. Serão as primeiras a serem visitadas